



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| CPI - FUNAI E INCRA | | | |
|---------------------------------|----------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Reunião Reservada | REUNIÃO Nº: 0270R/16 | DATA: 11/04/2016 | |
| LOCAL: São Félix do Xingu, Pará | INÍCIO: 16h06min | TÉRMINO: 17h30min | PÁGINAS: 45 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NILTON TUBINO - Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA.
JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Prefeito de São Félix do Xingu, Estado do Pará.
RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.
LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Delegado de Polícia Federal.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião não se iniciou formalmente.
Há oradores não identificados.
Grafias não confirmadas: Láira, Ivanete, Elian
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
A reunião não se encerrou formalmente.





(Conversas informais.)

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem está coordenando aqui?

O SR. NILTON TUBINO - Bom, aqui é a base. Como é um assentamento, fica o INCRA. Eu sou o representante do MDA, e tem uma equipe do INCRA que está aqui acompanhando os trabalhos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor é do MDA?

O SR. NILTON TUBINO - Sou do MDA, do gabinete do Ministro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem é do INCRA?

O SR. NILTON TUBINO - Do INCRA, a Marina.

A SRA. MARINA - Marina.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tudo bem? Como vai a senhora?

A SRA. MARINA - Tudo bem.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Prazer. Sou Rodinei, Procurador.

A SRA. MARINA - Prazer.

O SR. NILTON TUBINO - O Laíra é do INCRA. O Alan é o responsável pela unidade de São Félix, onde vocês chegaram. A Ivanete, o Alessandro, que acho foi consertar um carro. Bom, está em torno de oito servidores do INCRA aqui.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês podem descrever para nós qual operação está acontecendo hoje aqui?

O SR. NILTON TUBINO - Hoje, na realidade, nós estamos começando a retomar o trabalho, depois da decisão do STF, que permitiu retomar o processo de retirada daquelas famílias que foram notificadas. O processo da Fazenda Belauto começa em 2012, quando foi feita a seleção das famílias que estavam dentro das terras indígenas e foram selecionadas para cá. Desde então, teve o período em que foi feito o início do assentamento, várias famílias foram assentadas. Depois, houve uma interrupção, e agora, desde o ano passado, retomou-se uma operação, que é a desintrusão da terra indígena. E o que acontece? Muitas famílias que estavam aqui





retornaram para a terra indígena, e os lotes ficaram vazios ou, por alguma situação, foram ocupados aqui. Então, qual é o nosso trabalho aqui, o trabalho do INCRA principalmente, junto com o oficial de Justiça, no cumprimento da decisão? É retirar as famílias que foram identificadas e que estão irregularmente dentro dos lotes, porque as que estão lá dentro têm direito a esses lotes. Então, no momento em que o pessoal da FUNAI está trabalhando lá, identificando junto com o servidor do INCRA, quem é do assentamento, que está em lista de beneficiários do RB, ele vai ser realocado para cá. A gente está cumprindo, então, a decisão de tirar esses irregulares que estão aqui dentro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas essa situação que está lá indefinida, em discussão, até mesmo para nós da CPI não está muito clara a situação da reserva. Não pode causar um problema de eles virem para cá e depois...

O SR. NILTON TUBINO - Em primeira instância, foi julgada e transitada a decisão do Dr. Omar. Existe uma decisão de primeira instância pela desintrusão, da Vara de Redenção dando pela desintrusão. Houve alguns recursos ao TRF, que o Vice-Presidente, o Desembargador, suspendeu, e, na semana passada, o Presidente do STF liberou a manutenção da operação. Então, a princípio, nós estamos cumprindo a decisão.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O pessoal aqui está de acordo coma retirada? Como está o clima aqui?

O SR. NILTON TUBINO - O clima é sempre tenso, há momentos tensos, porque são famílias que estão aqui há algum tempo. Agora, é um processo que não começou agora, isso é importante. Esse processo começa em 2011, quando houve várias comissões negociadas com o Governo Federal e foi feito um critério de seleção. Abriu-se um cadastramento das famílias. A FUNAI, à época, identificou 1.400 famílias que estariam em algum momento dentro da terra indígena. O INCRA abriu o cadastramento, 740 compareceram e 412 foram selecionados para virem para cá, para esses assentamentos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E as outras?

O SR. NILTON TUBINO - As outras não tinham perfil de reforma agrária. Ou não se inscreveram ou não se encaixaram no perfil de reforma agrária.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O que pode ser feito com elas?

O SR. NILTON TUBINO - A maioria do pessoal que não tem perfil de reforma agrária ou retorna ou tem algum local para fazer. Não tem muito o que fazer mesmo. A legislação não... A gente já faz alguma coisa. O Governo Federal tem uma discussão, junto com o INCRA, sobre a legislação que prevê a obrigatoriedade, vamos disser assim, de reassentar os de boa-fé, aqueles considerados de boa-fé para a FUNAI. No caso do INCRA, a gente não faz a diferença entre boa-fé e má-fé, a gente assenta todos que têm o perfil de reforma agrária.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual foi a discussão da FUNAI nesse caso de má-fé e boa-fé, porque, numa primeira portaria feita lá, foi considerado um determinado número de pessoas que seriam de boa-fé. Depois, essa portaria foi anulada, mas parece que o pessoal continua considerando esse primeiro grupo como sendo de pessoas a serem assentadas.

O SR. NILTON TUBINO - Disso a gente não tem conhecimento. A gente trabalhou na época...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas tem essa diferença?

O SR. NILTON TUBINO - Não, de famílias, não. O que a gente trabalha é a portaria, que foi publicada no Diário Oficial, de 1.400 famílias. Isso foi acordado com todo mundo e que seria a base para fazer o cadastramento das famílias.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa portaria é de quando?

O SR. NILTON TUBINO - De 2000... De cabeça não me lembro. Cadê o Alan?

O SR. ALAN - Estou aqui.

O SR. NILTON TUBINO - Tu te lembra? Tem algum processo aí que tenha a portaria?

O SR. ALAN - Não, de cabeça não.

O SR. NILTON TUBINO - Não me lembro.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Eu sou Lucas, da Consultoria da Câmara. É Nilton?





O SR. NILTON TUBINO - Nilton.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Sr. Nilton, deixa eu lhe perguntar: O senhor disse que estava aqui hoje retirando algumas pessoas que estavam...

O SR. NILTON TUBINO - Retomando os trabalhos, porque os trabalhos foram interrompidos faz 30 dias, quando houve a decisão do Vice-Presidente do TRF. Na semana passada, com a decisão do STF, a gente está retomando os trabalhos. O oficial de Justiça está aí, que é o João, o representante da Justiça Federal de Redenção.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas isso porque havia alguns ocupantes que estavam aqui de maneira irregular.

O SR. NILTON TUBINO - Exatamente.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E o senhor sabe me dizer como eles chegaram até aqui?

O SR. NILTON TUBINO - As pessoas vêm, têm conhecimento, sabem de lote vazio. A disputa por terras no sul do Pará, para quem conhece, não existe terra vazia. Então, as pessoas têm conhecidos, parentes, e, quando veem que o lote não está ocupado, trazem as pessoas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E as pessoas que estão aqui e que vão ser retiradas, vão ser levadas para onde?

O SR. NILTON TUBINO - Todas têm algum encaminhamento. No processo de seleção agora, algumas famílias têm até cadastro no INCRA. Isso vai ser reavaliado, num segundo momento, com outra área para eles virem quando o INCRA disponibilizar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês já estão retirando e ainda não tem onde colocar?

O SR. NILTON TUBINO - Dessas que foram notificadas, a gente está retirando para o local que eles estão indicando.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E o senhor sabe me dizer quantas famílias estão aqui de maneira regular e irregular, mais ou menos?

O SR. NILTON TUBINO - Alan. Eu sei que são 268... O pessoal tem a planilha aqui.





O SR. ALAN - Foram notificados 110.

O SR. NILTON TUBINO - São 110 lotes irregulares.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lotes irregulares?

O SR. NILTON TUBINO - Irregulares.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E os regulares que já estão aqui, o senhor sabe me dizer?

O SR. NILTON TUBINO - Estão residindo 268, porque existem alguns que exploram o lote, mas moram nos povoados em volta, que o INCRA ainda está considerando como regulares. Residem aqui 268.

O SR. ALAN - Existiam outras famílias também. Antes de elas assumirem o lote dentro do projeto de assentamento, foi invadido antes mesmo de eles assumirem os seus lotes aqui. Depois que essas famílias foram selecionadas, quando elas vieram assumir aqui o seu lote, quando chegaram aqui, a pessoa já tinha invadido. Alguns desses lotes irregulares já tinham sido invadidos antes de os beneficiários escolhidos terem assumido os seus lotes. Outras pessoas já haviam invadido os lotes.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E o senhor disse que eram mais ou menos mil famílias que saíram...

O SR. NILTON TUBINO - Não, 1.400 é a listagem total da FUNAI na época lá, que ela identificou. Esta foi a lista básica com que o INCRA abriu o cadastramento. Na época, o INCRA tinha que ter uma base de quem ele ia cadastrar para beneficiar o pessoal da terra indígena, porque este assentamento aqui é exclusivo do pessoal que está dentro da Apyterewa. Não há outras famílias que não tenham processo aberto dentro da Apyterewa. Então, o INCRA precisava ter uma base. A base era a lista da FUNAI. Se olharmos cada processo individual de cada assentado, vai estar a lista lá da FUNAI e o nome dele sublinhado, porque ele estava na lista da FUNAI. Este era o documento que começava o processo. Depois ele tinha que acrescentar os outros documentos.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E essa fazenda aqui atende toda essa lista?





O SR. NILTON TUBINO - Não, é isso que estou dizendo. Dos 1.400 da lista, na época... De 1.278, 604 se cadastraram; 386 foi a primeira seleção para 412 lotes. Isso aqui é um relatório ainda de 2012, da seleção. Na época, se deixaram alguns lotes em aberto, porque se tinha essa discussão se a FUNAI ia aceitar alguns nomes que estavam em recurso. A pessoa que não estava na lista dizia que estava ocupando, então a gente deixou alguns lotes. Depois foi completado o assentamento com 412. Mas dos 1.278 da listagem da FUNAI, da resolução da FUNAI, 604 se cadastraram.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A resolução é de que ano.

O SR. NILTON TUBINO - A resolução é de 29/08/2011. Não, desculpe-me. Isso aqui é do edital do INCRA, que é de 2011.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A ocupação desta fazenda ainda está em discussão judicial, não é? Qual é a situação? Por que o INCRA escolheu esta fazenda? Como é que isso aconteceu?

O SR. NILTON TUBINO - Não, na época do processo aqui, esta fazenda veio para o INCRA confiscada pelo tráfico. Ela foi confiscada lá, pela Justiça Federal de Goiânia, e foi disponibilizada para o INCRA, porque ela era utilizada por um traficante, então teve o sequestro e foi ofertada. A SENAD repassou-a para o INCRA. Foi bem na época que estava a discussão da desintrusão, então juntou: uma região precisava encontrar uma área, e o INCRA estava recebendo uma área de 25 mil hectares, que tinha uma boa capacidade. Esse foi o cacho. Chegou a um momento em que se estava discutindo a desintrusão...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, aqui era uma área de propriedade de um traficante?

O SR. NILTON TUBINO - Fernando... Leonardo Mendonça.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Leonardo Mendonça?

O SR. NILTON TUBINO - Exatamente. Tem as fotos dele aí. Ele era o dono daqui.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aqui não tem pedido de lavra?





O SR. NILTON TUBINO - Na região do Pará, tem vários. O INCRA tem conhecimento de que tem pedido de pesquisa — não de lavra, de pesquisa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É? E tem pedido de registro já isso aí?

O SR. NILTON TUBINO - Isso aí eu não sei.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A notícia que se tem é que a Anglo American já tem todos os pedidos dessa...

O SR. NILTON TUBINO - Que eu saiba, pela informação que foi prestada pelo STF, há estudos, mas não pesquisa de lavra.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês não fizeram essa verificação de se há?

O SR. NILTON TUBINO - Não, o pessoal do INCRA fez. Eu não tenho a informação, mas eu posso até passar o relatório que foi mandado ao Presidente do Supremo. Isso aí a gente pode passar para vocês. O Dr. Lewandowski, quando fez o despacho agora, pediu que fosse anexada a capacidade da qualidade do imóvel para exploração agrícola. O pessoal do INCRA fez um estudo — aliás, o estudo já tinha quando fez a seleção das famílias —, fez uma atualização e mandou a ele, inclusive essa questão da lavra.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Se tiver lavra, ela tem preferência em relação ao assentamento, não é?

O SR. NILTON TUBINO - Não necessariamente. Sobre a lei do assentamento, há uma discussão com o INCRA, porque a lavra tem que ser autorizada também pelo INCRA, e há uma indenização àqueles lotes que vão ser atingidos. Não há impedimento de fazer o assentamento com essa pesquisa. O que há é uma discussão do direito minerário, que é outra situação do direito minerário, porque aquele onde está o lote, se tiver o lote dele para ser explorado, tem direito à exploração, à parte da exploração. Aí há uma discussão com o empreendedor.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aí ele vai ter que ser indenizado?

O SR. NILTON TUBINO - Vai ter que ser indenizado pela empresa.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, corre o risco de esta situação toda aqui ficar numa discussão sobre indenização de direito minerário.

O SR. NILTON TUBINO - Mas aí a empresa vai ter obrigação de reassentar a família. Se ela tiver por acaso ganho de lavra, ela vai ter todo um processo. Só aqui, no Pará, na região de Santarém, tem a questão da Alcoa com Juruti. Tinha um assentamento, eles fizeram toda uma negociação com o assentamento. Hoje, o pessoal recebe uma indenização, recebe parcela mensal da Anglo American para fazer a exploração e continuar o assentamento. É uma discussão que o INCRA tem de utilização de áreas onde pode ser encontrado o direito de lavra, porque o domínio continua com a União. Tu podes discutir o domínio com a União e permitir o uso dela por um tempo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Agora, esse julgamento que teve do TCU mostrou um monte de irregularidades a respeito dessas questões de lotes. Nós temos, lá mesmo na CPI, identificados, vários casos de falsificação, de pessoas que não ocupam, de financiamentos equivocados, de beneficiários que não mereciam... Nessa situação, trazer para cá assentados, que podem correr daqui a pouco uma discussão sobre direito minerário, não vai gerar toda a possibilidade de haver essa discussão sobre indenizações, sobre desvios, sobre pessoas que não estão? Não era melhor o INCRA e o MDA apurarem melhor essa situação antes de comprar essa...

O SR. NILTON TUBINO - Na realidade, nós não a compramos. Ela é repassada pela SENAD. Então, não teve despesa da União. Essa é a primeira situação. Então, tem um ganho econômico para a União. A questão do direito minerário é um pouco diferente da questão das irregularidades dos assentamentos. Eu estou aqui desde a semana passada. Eu vi a matéria e tenho conversado com o pessoal do Ministério. Não vi o acórdão do TCU. O que a gente sabe — e o Alan até pode dar testemunho — dos assentamentos antigos, aqui tem muito problema disso, de gente que saiu, voltou gente, tem que regularizar, tem que fazer... Isso é uma dinâmica da região muito grande de entrada e saída. Tem áreas muito grandes, públicas, que são assentamento, que têm outras características. Agora, no caso específico aqui, como no da Alcoa ou em outras regiões, vai ser discutido. Se for





autorizada à frente a lavra, vai ser discutido, junto com o INCRA, com o assentado e com a empresa, qual é a melhor maneira, porque não é todo o assentamento... Se for, é uma parte dele... Pela informação que a gente tem, não é todo o assentamento, seriam alguns lotes que poderiam ser atingidos se for autorizada a lavra. Eles têm um pedido de pesquisa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, vocês já têm essa informação?

O SR. NILTON TUBINO - Tenho, o pessoal tem. Eu não tenho o mapa aqui, mas eu sei que são alguns lotes.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sabe a quantia?

O SR. NILTON TUBINO - Não, isso não. Posso até...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas sabe quais são?

O SR. NILTON TUBINO - Não. Posso até, depois, chegando a Brasília, pedir que mandem o relatório lá para o pessoal da CPI.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Por favor.

O SR. NILTON TUBINO - A gente pode mandar o relatório que foi para o Presidente do Supremo. Isso aí a gente pode encaminhar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nesses lotes, então, há a possibilidade de que haja essa...

O SR. NILTON TUBINO - Se for autorizado no futuro... Aí depende da empresa também, se há interesse econômico em explorar uma parte do assentamento ou na parte do assentamento, porque ela vai ter que indenizar as famílias, vai ter que reassentar, vai ter que conseguir área. É todo um processo que a empresa tem que assumir. No Maranhão, está acontecendo, tem alguns casos desses também de assentamentos que têm pedido de lavra. Aqui no Pará, a superfície tem vários; o que mais tem aqui é minério. No Estado, onde você procura, sempre tem assentamentos que têm esse problema de ter que compatibilizar.

O SR LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Qual é o tamanho do lote aqui, em média? Tem um tamanho fixo?

O SR. NILTON TUBINO - Não, ele varia um pouco: de 7 alqueires a 10 alqueires, 11 alqueires.





O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Alqueires?

O SR. NILTON TUBINO - É, porque essa é a área total que ele pode trabalhar, porque o restante está na Reserva Legal, que é comunitária.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - É em conjunto?

O SR. NILTON TUBINO - É em conjunto.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E a Reserva Legal hoje está formada por vegetação mesmo?

O SR. NILTON TUBINO - Está, por vegetação.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Aqui são 80 hectares?

O SR. NILTON TUBINO - Aqui são 80 hectares.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - São mais ou menos 50 ou 60 hectares.

O SR. NILTON TUBINO - Isso.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Para exploração?

O SR. ALAN - Para exploração, porque ele tem direito de trabalhar a área do lote integral. Salvando as APPs, as Áreas de Preservação Permanente, no restante ele pode trabalhar ela toda, porque comunitariamente a parte de Reserva já está resguardada em outro canto do perímetro da área total do imóvel.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A ideia aqui, então, é absorver todo mundo que foi considerado, aí...

O SR. NILTON TUBINO - Na realidade, o que a gente está fazendo agora, nesse processo é: tem 412 famílias que têm que estar dentro do assentamento, que estão em RB; elas estão em RB. Tem algumas que não estão porque é isto: ou voltaram para a terra indígena, ou... Então, o que a gente está fazendo? Localizando-as, que é um trabalho da equipe que está lá na terra indígena: está identificando quando a pessoa está sendo notificada pelo oficial de justiça. E aqui a gente está fazendo esse trabalho dos irregulares, para trazer os de lá para cá, para fechar a RB do jeito que ela tem que estar, com os 412.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E esse pessoal que vem? Eles vêm de forma tranquila quando recebem uma terra aqui?

O SR. NILTON TUBINO - Lá, o pessoal está fazendo a agenda das mudanças. Então, todos que estão procurando lá, na base, estão sendo... Lá





também tem um cronograma, que a FUNAI está organizando, de retirada. Tem um prazo para terminar o fechamento lá da terra indígena. Então, o que a gente acertou com a FUNAI é que os que vêm para... esses que estão sendo identificados e que têm lote na Belauto vão ficar mais para o final, e aqueles que o têm em outros locais a FUNAI está adiantando, para deixar o pessoal da Belauto para a gente terminar aqui, para eles poderem vir para cá, para cima do seu lote.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E essa relação o senhor falou que é de 2011, não é?

O SR. NILTON TUBINO - Em 2011 foi a seleção, em 2011 e 2012.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Então, muita coisa deve ter mudado. Como é que vocês fazem para trabalhar com isso?

O SR. NILTON TUBINO - Não, mudou, mas tu tens a lista básica e a lista da FUNAI. Pode ter até pessoas que tenham entrado. Hoje, a gente está encontrando muitas pessoas que estão dentro da terra indígena que não estão nem na listagem da FUNAI. Mas o documento básico legal para você fazer o credenciamento é a lista da FUNAI, e essa não mudou, porque é a que era de uso da época.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Vou falar por que eu estou perguntando isso para o senhor: porque chegou a notícia, por exemplo, de que uma pessoa que estava lá em 2010 vendeu a posse para outra. Então, ela ganhou o dinheiro lá e veio aqui ficar com o lote. O senhor tem alguma notícia nesse sentido?

O SR. NILTON TUBINO - Num processo de seleção, se ele cumpriu os requisitos da reforma agrária, estava na lista da FUNAI, apresentou toda a documentação e passou na seleção — porque tem os critérios lá de número de família, de tempo para a exploração —, ele pode ter sido selecionado e ter vindo para cá. O que a gente tem identificado em alguns é isso. Há pouco, saiu uma senhora daqui e foi isso. Ela saiu daqui do assentamento, porque a filha estava doente, e o marido vendeu o lote, foi embora, porque ela estava cuidando da filha dela. Aí, veio um terceiro para cá, que notificamos, porque ele vendeu o lote. Ela veio aqui, e a gente conversou, para ver como a gente vai tentar avaliar o caso dela. Ela vai trazer a documentação, porque ela saiu para tratar a filha, e, nesse meio tempo, o marido aproveitou, vendeu o lote e foi embora, pegou o dinheiro, foi embora e deixou outro no lote. E o oficial de justiça o notificou, porque ele está





irregular, porque ele é um terceiro que não está na lista de beneficiários, é outra pessoa. Então, tu tens várias situações meio... Cada caso que a gente, o pessoal do INCRA, principalmente, atende é um caso. Tem que olhar um por um para ver... Agora, não é... no processo de seleção, no dia... Aqui teve um processo não só de seleção, também de sorteio. Na época lá, o INCRA chamava os que estavam selecionados, e era feito o sorteio, e a família escolhia o lote dentro da terra indígena. Naquele momento do sorteio, ela pegava o número do lote dele, recebia o mapa do lote dele. Então, foi um processo que muita gente acompanhou. Mas teve dias lá, antes do sorteio... Eu me lembro de um caso em que o presidente do sindicato disse: *“Aquela pessoa ali passou na seleção, mas ele é um veterinário que trabalha para tal empresa”*. Nós o chamamos, conversamos com ele, e ele devolveu o lote dele. Ele disse: *“Realmente eu não tenho direito. Eu vou abrir mão”*. Então, a seleção tem um critério, mas a perfeição pode não ser exata. Mas aí a gente e também o INCRA... como o INCRA faz o acompanhamento do crédito, da liberação dos créditos, há todo um acompanhamento. Em algum momento isso pode surgir, e aí vão ser tomadas as medidas legais.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor tem esse documento da SENAD doando essa área?

O SR. NILTON TUBINO - Aqui comigo, não, mas posso mandar a vocês.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Por favor.

O SR. NILTON TUBINO - É o documento básico do processo. A gente pode pedir ao INCRA que encaminhe o processo da área lá para a CPI. Isso não tem problema. Ou, depois, quando chegar lá, pede ao pessoal que mande um ofício da Secretaria, para a gente mandar a vocês. Pode ser?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pode.

O SR. NILTON TUBINO - Daí o Secretário manda ao Ministério, e eu vou providenciando a cópia, quando voltar para Brasília.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só para o senhor entender, a ideia nossa de vir aqui é não ficar só em Brasília ouvindo o que chega lá...

O SR. NILTON TUBINO - Eu já acompanhei CPI. Eu trabalhei na Câmara 6 anos. Eu fiz muita diligência de CPI.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...é vir à fonte e entender o que está acontecendo, ouvir as pessoas, ver o impacto.

O SR. NILTON TUBINO - Isso é bom.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Agora, todo mundo que está aqui veio lá de Apyterewa?

O SR. NILTON TUBINO - Bom, para os lotes, todos vieram de Apyterewa, porque esse é o critério. Não tem gente que tenha saído do processo de Apyterewa que não esteja dentro... Se estiver, está dentro da situação dos irregulares. Agora, o processo de seleção é em cima da portaria da FUNAI.

(Não identificado) - O problema é o seguinte: há alguém que era do Apyterewa, veio para cá, devido à questão judicial, que voltou para lá?

O SR. NILTON TUBINO - Isso.

(Não identificado) - Aí, agora, é considerado de má-fé? Não é, porque havia um problema judicial.

O SR. NILTON TUBINO - Não, mas esses aí... são esses que a gente está trazendo de volta agora. Aquele que foi selecionado... E teve uma situação em que o antigo... Teve outro juiz da Vara de Redenção... Naquela época de 2011, 2012, quando as famílias começaram a vir para cá, eles ganharam algumas ações para retornar para dentro da terra indígena. Alguns casos são até mais complicados, porque ele foi indenizado pela FUNAI, veio para cá receber o lote, receber os créditos do INCRA e depois, na sequência, ele ganhou uma decisão judicial, voltou para dentro da terra indígena. Aí depois foi cassado pela própria Justiça de Redenção, mas ele continua dentro da terra indígena. Por isso eu trabalho agora... Esse lote dele está ocupado irregularmente aqui. Alguém entrou no lote dele, porque ele foi para lá. Então, este é o trabalho: localizar esse lote dele e, sendo localizado lá, trazer para dentro, porque ele tem um lote, está em RB e recebeu crédito da reforma agrária. Então, se ele tem outra situação, ele desiste do lote. Mas o trabalho nosso aqui são os 412 que estão em RB. Se eles estiverem dentro da Apyterewa, o direito deles é estar aqui. Quer dizer, esses têm que voltar para cá, porque eles tiveram um processo de seleção, tiveram um acompanhamento, eles têm que estar aqui dentro. É só se ele vendeu e saiu, aí é outra situação, e o INCRA também...





Tem casos em que a pessoa vendeu e foi embora, não está nem na Apyterewa. Foi embora, foi morar na Taboca, foi para Nereu.

(Não identificado) - Por exemplo, isso aí não era uma questão de se criar um grupo de trabalho, de fazer novo levantamento, para a gente tentar identificar essas coisas e dar mais um tempo? É o seguinte: eu acho certas coisas injustas, essa desintrusão, tanto aqui do Belauto quanto lá do Apyterewa. Sabe por que é injusto? Deram 10 dias para o cidadão tirar. É humanamente impossível tirar pessoas do Apyterewa em 10 dias, com aquele horror de gado que tem lá. Ninguém nunca vai conseguir tirar. Nem em 30 dias, nem em 60 dias, não tira. Então, a gente tinha de ver, criar um grupo de trabalho, ouvindo a sociedade, ouvindo tanto o pessoal assentado daqui como o pessoal de lá.

O SR. NILTON TUBINO - Já estamos numa outra fase. No nosso caso aqui, nós estamos cumprindo a decisão judicial. Quem deu os 10 dias não fomos nós, foi a Justiça Federal que deu os 10 dias. A gente está trabalhando para tentar minimizar ao máximo... Na questão da saída do gado da terra indígena, no último levantamento que a gente teve lá, antes da interrupção, já tinha saído 80 mil cabeças de gado. O pessoal tirou o gado. Ontem, a gente fez o sobrevoo lá. Tem um número bem menor do que 40 dias atrás. O capitão estava conosco, o pessoal do CENSIPAM, a gente fez o sobrevoo. Mas os prazos não fomos nós, foi a Justiça Federal que decidiu.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Diga-me uma coisa: há 30 dias, houve uma decisão do TRF suspendendo...

O SR. NILTON TUBINO - Suspendendo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mesmo assim, o pessoal ficou mobilizado aqui.

O SR. NILTON TUBINO - A base ficou montada. Nós não saímos, porque a AGU estava fazendo os recursos. Então, não tinha... Era o custo de desmontar tudo para depois voltar de novo. Poderia demorar 1 semana, 10 dias. Demorou até um pouco mais, demorou 30 dias. Mas a AGU pediu que fosse mantido todo o efetivo aqui, para ter um custo menor para a União. Por isso o pessoal ficou aqui. Principalmente o pessoal da Força Nacional e o pessoal do INCRA e da FUNAI ficaram permanentes.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E houve duas decisões, então, do Supremo, do Presidente do Supremo.

O SR. NILTON TUBINO - O Vice-Presidente do TRF suspendeu o processo, e o Presidente do STF...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual processo?

O SR. NILTON TUBINO - O processo de desintrusão. Ele suspendeu a operação.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Desintrusão da Apyterewa.

O SR. NILTON TUBINO - Lá e aqui, porque a decisão do juiz de Redenção localizou uma coisa na outra. Como as famílias que estavam lá tinham que vir para cá, ele fez uma decisão, dando a reintegração de posse dos lotes aqui e o processo lá de desintrusão. Então, o juiz de Redenção botou as duas coisas juntas. O Vice-Presidente do TRF suspendeu a operação. Então, nós paralisamos os trabalhos que estavam em execução, e o Presidente do STF autorizou em duas ações diferenciadas, uma ação do INCRA referente especificamente à Belauto, e uma ação, que é uma extensão de segurança, em que já havia uma decisão do Presidente Ricardo Lewandowski pela desintrusão. Ele já tinha decidido favorável à desintrusão. Aí, a AGU recorreu; a AGU, via FUNAI, recorreu. E ele retomou a decisão de manter a desintrusão. Isso foi na terça ou na quarta-feira da semana passada.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, já havia essa possibilidade de que se soubesse que...

O SR. NILTON TUBINO - Não, a AGU ia trabalhar para manter... A AGU defende — os procedimentos são corretos —, ela está defendendo a decisão de Redenção.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa área o INCRA já consolidou como sendo da União?

O SR. NILTON TUBINO - Sobre os processos de consolidação do INCRA o pessoal do INCRA pode até falar mais, porque ele não é tão rápido. Então, tem uma disputa judicial no sentido de saber se é área do INCRA ou não, de quem era, porque apareceu um terceiro do espólio, dizendo que eles eram herdeiros antes do





Leonardo Mendonça. Tem essa discussão judicial, mas a posse está com o INCRA, e o INCRA está implementando o assentamento e vai continuar fazendo o procedimento legal para registrar no nome dele.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O INCRA tem a imissão da posse?

O SR. NILTON TUBINO - O INCRA tem a imissão da posse. Já tinha, pelo Desembargador Jirair. Ele já tinha dado imissão de posse pelo INCRA. Ele sempre suspendeu para fazer discussões, mas a posse esteve aí. E o Presidente do STF reiterou que a posse é do INCRA. Isso tem lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, hoje tem outra discussão com herdeiros anteriores a...

O SR. NILTON TUBINO - Tem um espólio, que há um bom tempo está discutindo que não teria sido pago em algum momento a venda. Isso nunca tinha aparecido, porque a área foi sequestrada. E isso é registrado, o sequestro. Lá, são dois processos: tem o processo na Justiça de Goiânia, tem o processo em Redenção, e tem o processo no TRF. Mas o processo original da imissão de posse do INCRA vem pela Justiça Federal de Goiânia, de uma ação civil pública de Goiânia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, houve uma decisão judicial num processo criminal...

O SR. NILTON TUBINO - Criminal, de expropriação do bem.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...que expropriou a fazenda porque estava sendo objeto de tráfico. É isso?

O SR. NILTON TUBINO - Ela foi adquirida com recurso do tráfico.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Adquirida com recurso do tráfico.

O SR. NILTON TUBINO - Foi recurso com recurso do tráfico à época.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Alguém daqui está saindo daqui agora ou não? Alguma das pessoas?

O SR. NILTON TUBINO - Tem os uma reunião às 5 horas. A gente fez uma reunião às 2 horas e meia. Aqui tem duas associações que representam os agricultores e as agricultoras. Nós fizemos às 2 horas e meia com uma associação,





para explicar a retomada, para começar a fazer os procedimentos. Os oficiais de justiça estão repassando a esses lotes para avisar as famílias, para identificar, para começar a organizar. E agora às 5 horas a gente vai fazer outra, que é daqui a pouco, para explicar um pouco o processo, para o pessoal também não se assustar. Veio efetivo, e por isso dá uma tranquilizada, para garantir exatamente isso. Vai se mexer naquelas famílias que já foram notificadas; as que estão reguladas, estão reguladas, não tem nenhum impedimento. As famílias estão bem identificadas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Chegou a acompanhar essa reunião?

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Pessoal, não sei se vocês se importam, porque a CPI... A ideia de a gente vir aqui foi ouvir as pessoas que estavam sendo atingidas. Se algum de vocês quiser fazer algum comentário, quiser falar alguma coisa, nós também estamos de ouvidos abertos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A hora é agora. Alguém que esteja envolvido, que foi retirado, que concorda ou não concorda, enfim, que fale para nós aí.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Eu queria fazer uma pergunta.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sim, por favor.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Só se identifique, faz um favor.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Maria Lúcia de Queiroz Vasconcelos. Eu fui notificada, o meu esposo — eu não sou casada com ele, e ele foi notificado. Nós saímos, porque lei é lei, né? Então, eu queria saber: quem tem o seu lote regular e comprou dois lotes pode ficar com eles?

O SR. NILTON TUBINO - Não. Se o INCRA identificou que há concentração e tem concentração, eles estão sendo notificados e vão ser retirados também.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Porque o dia que passou...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vão retirar dos dois lotes?

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Não. A pessoa foi sorteada.





O SR. NILTON TUBINO - Não. Acontece muito aqui: a pessoa tem um lote. Ela ocupa o lote; daqui a pouco, quando viu que alguém saiu...

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Não. Eu não...

O SR. NILTON TUBINO - Não, não, não é o seu caso. Quando vê que não está ali alguém, ele vai ocupando os outros lotes. Então, que decisão a gente tem que tomar? A pessoa volta para o lote que ele tem que foi selecionado. Os outros dois não são dele.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - A pessoa que eu estou lhe falando, ele comprou dois lote. Ele foi sorteado, ganhou o lote.

O SR. NILTON TUBINO - Está regular.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Está regular. E ele comprou mais dois lotes. Essa pessoa pode ficar com esses dois lotes?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pelo que eu entendi...

O SR. NILTON TUBINO - Não. A gente está trabalhando... Se ele não for notificado... porque tem coisas que são muito difíceis. Não dá para se identificar. Isso daí a gente sabe que aconteceu. Muitas pessoas que venderam o lote, no momento em que o oficial de justiça passou para notificar, o titular voltou para o seu lote. Ele foi embora do outro. Então, ele está ali. Então, você passa... Não é esse caso, mas tem caso que a gente sabe que a pessoa comercializou o lote, não o estava explorando, porque o INCRA fez duas visitas aí e constatou isso. Quando o oficial de justiça chegou para notificar, a pessoa estava lá. O outro terceiro tinha ido embora, ele tinha voltado. Nesses dois casos, se ele não está na lista dos notificados, a gente pode ver depois com a equipe do INCRA, porque a gente tem uma planilha e tem todas as situações. O INCRA fez dois trabalhos nos 402 lotes, passou por lote a lote. Fez em dois momentos: fez no início do ano retrasado e no início do ano passado. Então tem duas planilhas para nós que são básicas: a da seleção da família e a das duas vistorias que o INCRA fez. Se nas duas vistorias a informação foi a mesma — a pessoa não está no lote ou a pessoa não foi encontrada —, a gente está trabalhando em cima desses lotes, sim, porque quer entender por quê.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esses lotes aqui já têm operações de PRONAF?

O SR. NILTON TUBINO - Têm Crédito de Instalação. O PRONAF, na reforma agrária, é o último crédito. Começa pelo Crédito de Instalação. Tem um grupo de famílias que recebeu Crédito de Instalação.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Crédito Instalação envolve o quê?

O SR. NILTON TUBINO - Foram 135 famílias que já receberam o apoio inicial.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Apoio inicial. Nós identificamos outro caso que nos chegou lá que não fechava o nome das pessoas que receberam com as pessoas que efetivamente estavam nos lotes. Vocês fizeram essa verificação aqui para ver se essas que estão nos lotes são aquelas que receberam e que estão recebendo esses benefícios?

O SR. ALAN - O que a gente descobriu também e verificou que acontece muito... Inclusive esse fato encaminha muito escondido, por partes. Em vários lotes também que foram vendidos, que as pessoas estavam fora, hoje elas reocuparam. Inclusive já teve pessoas que a gente já encontrou caminhando, que para a gente por aí, e fala: *“Olha, eu estou devolvendo o meu lote, porque é assim: eu vendi e a pessoa agora está me ameaçando. Eu tenho que ir lá para dentro”*. Isso a gente já encontrou. Pessoas que venderam o seu lote aqui, e a outra pessoa, para não ser notificada, foi lá e pagou para a pessoa retornar para o lote, para quando a vistoria passasse fosse realmente a pessoa que estava no lote a ser entrevistada pela equipe do INCRA.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Essa vistoria é feita com que frequência?

O SR. ALAN - Aqui no Apyterewa teve duas revisões ocupacionais. Foi a mando da Justiça aquela primeira, não é? Eu não estava no INCRA ainda, foi a mando da Justiça. E a outra foi agora em dezembro para retomar, para começar o início das ações. Foi solicitada que se fizesse outra revisão ocupacional.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - A respeito dessa decisão que teve agora do Lewandowski, ele manteve o INCRA na posse...





O SR. NILTON TUBINO - Manteve.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - ...com os atuais colonos que já estão assentados e proibiu realizar novos assentamentos.

O SR. NILTON TUBINO - Novos assentamentos. Essa é a discussão. Por isso é que a gente está trabalhando assim, mesmo com as famílias que estão na RB. Mas a RB é de 2012. Então, não estamos criando novo assentamento. A gente está trazendo as famílias que estão na listagem desde 2012.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Então, estão trazendo famílias de fora para dentro dela?

O SR. NILTON TUBINO - Não, as que estão dentro da Apyterewa. Toda a operação aqui é ligada à Apyterewa.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Mas o pessoal que está vindo agora, esses novos assentados...

O SR. NILTON TUBINO - Não, eles não são novos. Eles já foram selecionados para o assentamento.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Mas eles estão aqui fisicamente?

O SR. NILTON TUBINO - Alguns podem estar dentro da terra indígena. É isso que nós estamos identificando, porque teve isso. Teve um tempo...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Segunda a decisão, isso é um assentamento. Ele não poderia trazê-los de lá para cá.

O SR. NILTON TUBINO - Não, mas é novo assentamento. O assentamento é o mesmo. Eles já são assentados.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Fizemos a vistoria em 2001. Tem laudo, tem tudo.

O SR. NILTON TUBINO - Esse é de Apyterewa. É o mesmo assentamento. Ele está na lista de 2012. O que aconteceu é que temos várias situações. Tem gente que votou para lá, ficou com gado lá e até tem lavoura aqui e também está lá. Tu tens situações, como eu falei, em que o Juiz de Redenção deu a decisão social para a pessoa ficar dentro da terra indígena, quando estava em discussão. Então, tem vários casos. O que é para nós o norte? O norte é se alistarem os 412, e esses 412 têm que estar no assentamento. A constatação foi essa. Teve gente... Tinha 150





reintegrações de posse. O doutor da Justiça Federal cassou todas as 150 e pediu para nós identificarmos as 150 dentro da terra indígena. Aí, nós conversamos com eles: *“Olha, é impossível nós entrarmos numa uma área de 700 mil hectares e tentar identificar onde estão as famílias. O que a gente vai fazer é, quando tiver a operação de retirada, a gente vai identificá-las”*. É isso que a gente está fazendo lá. O Alessandro passou lá quase 90 dias fazendo esse entendimento na base 1. Na base 2 tem um problema, porque tem um acampamento. As famílias não conseguem chegar lá para conversar. Mas, na base 1, as famílias vão lá. Aí, se localiza, está no cadastro, está em RB, para saber qual é a situação dele para ele retornar para cá... Por isso, a operação é para tirar quem está irregularmente aqui e trazer esse que está lá.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Então, continua trazendo normalmente o pessoal para cá?

O SR. NILTON TUBINO - Para cá, desses que estão na seleção, que estão na lista de RB. Esses vão vir pra cá. Só se eles abrirem mão, só se desistirem. Aí é outra coisa.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A senhora pode falar.

A SRA. MARIA LÚCIA DE QUEIROZ VASCONCELOS - Muitos que estão lá dentro não querem vir pra cá! Não querem vir! Nós estamos há 5 anos aqui dentro, trabalhando num lote que não foi sorteado! Ninguém sorteou ele! O INCRA passou lá, não sorteou, porque ninguém quis o lote. Ninguém! Meu esposo trabalhou durante a operação, todo mundo sabe, ajudando o INCRA. Eles falou que ele podia ficar (*ininteligível*) do lote. Quando foi agora, nós foi notificado. Então, nós saiu! Por quê? Porque lei é lei! Ninguém contesta lei. Nós saímos. O menino aí que levou nós, aquele rapaz, aquele caminhão que está bem aí na ponte, esses caminhão lá CB, não é? Eles que levaram nós. Jogaram nós lá dentro da Ourilândia. Aí, nós ficou com o nosso gado aqui, alugado aqui, um gadinho que nós tem, que era de onde nós tirava nosso sustento. Era da roça, do pastinho que nós tirava o nosso leite. Nós foi jogado lá. E nós éramos da Apyterewa lá. Nós trabalhava lá dentro. Nós morava lá dentro. Era só eu e ele. Nós estava aí. Aí, eles pegaram e mandaram nós embora. E ele tem laudo, ele tem tudo! Tudinho! Ele tem tudo, de 2001?





(Não identificado) - O laudo é de 2001? Acompanhei, fiz o dia lá dentro da Apyterewa lá. Eu trabalhei com o Dr. Antônio lá 15 dias. Aí, eu fiz o meu laudo, fiz tudo, e ajudei muita gente na época. Aí, o culpado da gente ter saído desde 2001 é porque a gente saiu de má-fé. Só o defeito é esse. Mas tudo eu só tenho. Fui no INCRA, fiz o meu cadastro. Eu não só fui sorteado, mas o resto tudo eu fiz. E já estou indo pra lá. Precisava... Fui lá muitas vezes para resolver essa situação. Aí o meu RB... Saiu o RB, mas o meu RB saiu no lugar que eu nunca morei. Entendeu? Eu provo que eu nunca morei nessa região. Aí, o meu RB saiu lá. Aí mandaram, eu fui notificado pra ir embora. Fui lá no INCRA: *“Não, está tudo o.k”*. Quando eu cheguei aqui, a notificação era pra me ir embora.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Depois de 5 anos?

(Não identificado) - Depois de 5 anos já que eu estava aqui, mostro e provo, e tenho documento da própria Justiça Federal que eu estava aqui.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - O senhor veio de Apyterewa primeiro.

(Não identificado) - Vim de Apyterewa. Fui mandado o embora, dia 11 de jun... 11 de 2011, 15 de 2011. Fui mandado embora pra retirada de lá. Então, olha, eu não teimei lá, a Belauto é para o posto de Apyterewa. Aí eu vim pra cá. A situação é essa. Agora, tirar sem direito a nada. Meus trens está lá, meu quintal está lá, está tudo com muita fartura. E tirava uns 120 litros de leite. Parei tudo. Tem 30 dias que eu só estou rodado aí. Não sei o que faço.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor já saiu daqui dentro?

(Não identificado) - Saí de dentro. Eu fui notificado, porque Justiça a gente tem que respeitar. Mas eu falei pros meninos: *“Gente, se tiver opção, vocês podem me buscar, que eu topo pra voltar de novo”*.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - O senhor tem processo então?

(Não identificado) - Eu tenho processo. O meu cadastro todinho está o.k.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas o senhor já tinha sido assentado. Estava em RB em outro assentamento. É isso?





(Não identificado) - Não. Eu nunca foi em assentamento. Toda terra que eu tive foi na Tupã (*ininteligível*). Foi terra titulada. E pôde puxar. E (*ininteligível*), que foi a prova.

(Não identificado) - O problema todinho é que os critérios que foram usados nessa questão da desintração foi o seguinte: não cadastraram todo o mundo que estava lá dentro na Apyterewa. O critério foi usado... Não teve critério para ser aplicado. As indenizações... Todo o mundo lá aceitava sair, mas as indenizações injustas, rapaz. O pessoal não pode sair lá e ser jogado fora. É um problema social que vai causar no Município. O senhor não sabe o tamanho do problema social que vai causar nos Municípios vizinhos. Só vão para os Municípios vizinhos. Aqui todo o mundo é pai de família. Vão pra rua... Os seus filhos vão ficar marginalizados lá! Isso não é coisa que se resolve de um dia pra outro, não! Você tem que procurar outro critério, a gente fazer um planejamento, fazer um novo estudo, para ver toda essa situação. Isso não é assim: só jogar o pessoal. Isso não é animal, não é bicho, não! Você chega e pega uma carrada de gato e joga no meio do povo, lá no meio da rua, não! Isso aqui é ser humano, rapaz!

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Olha, eu não sei nada. Se eu puder falar uma coisa, queria falar de outro caso que aconteceu dentro do Paredão, que eu acho que é uma injustiça.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só fala o seu nome, por gentileza.

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - O meu nome é José Alves de Souza Neto. Sou dono do lote 166 aqui do "inferninho", que eles falam. Fui um dos expulsos lá do Paredão. Na época que passou o Dr. Antônio, que disse que era um cidadão de boa-fé, o meu cacau são 6.800 pés de cacau, sabe quanto ele botou lá? (*ininteligível*)... Quatro mil e oitocentos pés. Entendeu? E de 2002, ele botou de 2004. Eu não recebi nenhum centavo. Está lá o cacau perdendo, eu precisando de zelar dos meus filhos, porque tenho filho que faz faculdade fora. Sou praticamente um analfabeto, vivo dos braços. E, no mesmo instante, não posso entrar nem pra colher o cacau. Nesse tempo atrás, quiseram até me prender lá na base, porque eu falei: "Não, deixe eu ao menos com o cacau". "Não, aqui você não pode entrar, porque você já foi indenizado". O senhor presta atenção: 8 alqueires de abertura, 1





alqueire e 3 linhas de cacau, e receber uma indenização. de 14.700 reais, que nem um alqueire de pasto você não faz com esse dinheiro hoje. Aí, imagina formar 6.300 pés de cacau... Isso não é só eu não. Lá tem muita gente desse jeito. Entendeu? E nós não tínhamos outra opção a não sair, porque a pressão foi tão grande que nós tivemos que sair. Entendeu? E não é só eu não. Tem muita gente desse jeito lá dentro.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Pressão de quem?

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Pressão de quem? Da FUNAI. A FUNAI insistia. E tipo... Sei lá, parece que eles... A gente é analfabeto, não tinha uma cultura. Parece que eles faziam uma lavagem cerebral em você. *(Risos.)* E você, quando dava fé, já tinha assinado os papéis. Está entendendo? Porque se eu soubesse que era daquele jeito, eu não teria assinado. Enquanto eu não assinava, ninguém me tirou de lá. Mas depois que eu assinei, eu fui considerado como um cachorro: *"Sai. Ou sai, ou tem que sair"*. Tentaram me prender umas três vezes lá. Não prendeu, porque eu não insisti passar. Queria prender minha moto — entendeu? — lá. Aí, eu não insisti passar. Voltei pra trás. Aí sempre passava às escondidas. Entendeu? Passava às escondidas. Isso não é só eu não. É muita gente que está nessa situação. Entendeu? A outra coisa. A gente, quando entrou para lá, quando foi pra nós sairmos, disse que ia dar pra nós 20 alqueires de terra. A minha terra não dá 8 alqueires. Está entendendo? Entendeu? Uma terra...

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - No final o senhor tinha quanto?

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Tinha 35 alqueires de terra, só o filé: água boa, córregos bons. Entendeu? E desse jeito que está acontecendo. E não é só eu não. É muita gente. Eu estou falando só o meu lado. Está entendendo? Desse jeito. Então, eu queria ver que as pessoas vissem isso aí. Isso é uma covardia. Um cidadão brasileiro... Porque o último cacau que eu mesmo colhi... O ano deu 16 mil e tanto, uma lavoura, uma colheita. E eu sem receber desde... Eu mudei pra lá em... Eu comprei a terra — ainda foi comprada, que eu não tirei, naquela época não tirava mais —, eu comprei a terra, naquela época, em 2000 e mudei para lá em 2001. O cidadão mora lá perto de 2001 até 2011, que foi quando mandou nós pra cá. E eu sei trabalhar nessa terra e receber 14 mil de indenização e





pensar que está bom. E o otário ainda vai e assina. Pra o senhor vê como é que é a coisa. É difícil!

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E quem que conversava com o senhor para o senhor assinar?

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Ah, isso aí é lá no INCRA, lá no escritório do INCRA, lá em São Félix do Xingu. Era convidado assim um certo total de gente, chegava lá e tinha que assinar ou, então, ia ficar jogado de qualquer jeito. A gente ia pensando que aqui... E outra, se a chegasse aqui, nós íamos ter pelo menos benefício... Qual foi a proposta do INCRA? Trazer nós pra cá, com casa pra morar, escola pros filhos, estrada e energia. Vocês que tão passando aí tão vendo a beleza que estão as estradas aí. Lá perto do (*ininteligível*), pode ir lá que agora nem passar na estradica de carro não passo. De moto, não passa. Entendeu? Então, é isso aí. Nós estamos aqui. A terra é maravilhosa. O meu lote é pequenininho. Estou satisfeito. Só que o que eu queria? Eu queria organização pra nós podermos trabalhar — está entendendo? —, termos como nós trabalhar, sossego. Aqui, hoje, chega... Pra você ver... O moço aí já me conhece, conversei com ele esses dias... Ele sabe que é eu. Eu até comecei a ficar nervoso com ele. Hoje, nós estamos aqui, tipo assim: nós não sabemos o que nós fazemos. Começa a trabalhar, chega o problema. Aí: "*Não, pode trabalhar, que agora está bom*". De repente, vem outra liminar. Não, vamos voltar pro Paredão. Então, nós estamos de um jeito que eu não sei como é que nós fazemos. Nós estamos assim de pé e mãos atadas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E lá onde o senhor morava, tinha índio?

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Nunca vi um índio não, nunca. Tem... Desde 2000 que eu conheço o Paredão. Tem a área que... Quando eu fui comprar a terra lá, eu passei três meses pra comprar essa terra, porque eu queria uma terra do meu gosto, como eu escolhi, que era do meu gosto, a terra do meu sonho. Está entendendo? Tem a picadora dos índios. Daquela picada pra lá, é índio. Pra cá, não tinha nada de índio. Um papel que eu praticamente eu não cheguei ver, falava assim: área de pretensão indígena, uma área devoluta do Governo Federal de área de pretensão indígena. Aí, o Lula foi e homologou a área como área indígena. Entendeu?





(Não identificado) - A picada é aquela de 273 mil hectares.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Alguém viu indígena nessa área?

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Nunca, nunca, nunca, nunca, nunca!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Já viu. Da onde era... Depois, com o passar de tempo...

(Não identificado) - (...) em São Félix, eu já viu os índios.

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Espera, deixa eu falar pra você, por favor. Com o passar de tempo, o que aconteceu? Os grandes latifundiários acharam que a notícia estava boa, que eles tinham chance. O que eles fizeram? Invadiram. Começaram a invadir a terra dos índios. Aí, começou ter atrito entre invasor — como é que fala? —, grileiro, e índio. Por quê? Os grandes latifundiários cresceram o olho na terra, que a terra era muito boa, e começaram a invadir a terra dos índios. Foi quando começaram a agir os conflitos entre índio e branco. Porque aí falaram que tinha indígena. Mas tem a divisa até hoje, a divisa lá que tem. Parece que é Trairão ou é o Piranhas, que é o rio. Né? Então, do Rio Piranhas pra lá é área indígena. Pra cá era uma área devoluta do Governo Federal de pretensão indígena, mas não era área indígena.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - O senhor falou que estava lá desde?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Eu conheço lá desde 78.

O SR. JOSÉ ALVES DE SOUZA NETO - Olha aí, está vendo?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Em 78, eu cheguei. Dia 3 de janeiro de 78, eu descí lá onde é a Taboca hoje, a Mineração Taboca. Fiquei lá 6 meses. Aí, saí. Eu trabalhava com garimpo...

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Como é o seu nome?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Amadeus da Silva. Aí, eu saí. Eu trabalhei muitos anos nessa região, aqui da Taboca. Sobrevoava dali pra Canopus. Nunca vi uma aldeia de índio aí. Essa área da Canopus — eu acho que o João conhece, sabe disso — da Canopus saindo para Rurópolis, fechando aqui no Bom Jardim, nós





nunca vimos uma aldeia aí. Tinha umas aldeias aqui no Xingu, muito em cima. Mas aqui perto dessa área aí, eu nunca vi um índio. Teve índio aí, porque madeireiro trouxe da aldeia. Ficou com eles aí uns tempos. E depois voltaram. Foram embora e nunca mais voltaram na Taboca.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Vocês já ouviram ter algum tipo de conflito entre branco e índio?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Não.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Nunca teve?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Não.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Alguém sabe de algum conflito entre branco...

O SR. AMADEUS DA SILVA - Nessa região aí, não. Houve um caso de suspeita, mas foi entre madeireiro. Não foi... Não teve nada com índio.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Branco e índio nunca teve?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Nunca teve.

(Não identificado) - Nós estamos aqui pra tratar o negócio daqui ou é de lá?

(Intervenções simultâneas: "Os dois".)

(Não identificado) - Os dois, não é? Então, está certo. Porque nós está aqui, que de lá... Nós veio de lá *(ininteligível)*. Agora, nós está vendo que a reunião aqui está tratando mais de lá, da Apyterewa. E nós quer começar primeiro da Belauto, onde nós moramos aqui. Depois, resolve de lá. Eu peço a vocês isso aí. *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - Eu acho até que está certo, mas eu acho que o companheiro aqui não está entendendo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - Eu acho até que ele está certo, mas ele não está entendendo... Um de cada vez. Gente, eu queria falar só assim. Escuta o que eu vou falar. Eu acho que ele não está entendendo. Isso aqui é uma CPI. E ela é em nível federal. Né? Então, desde que nós falamos, qualquer um, não está querendo dizer que o cara tem que sair da área Apyterewa, que ele tem que voltar para a área Apyterewa. O que está aqui se esclarecendo é um problema da região. Né?





(Não identificado) - Exatamente.

O SR. AMADEUS DA SILVA - Não quer saber se é da área Apyterewa, se é daqui. O daqui vai se falar também. Até porque... Eu queria, agora, mencionar o caso daqui. Eu estou aqui desde o dia que começou, o INCRA entrou aqui. Eu vim pra cá. Ajudei a carregar máquina — direito de escolher um lote. Não sou assentado. Quem é assentado é meu filho. Então, o que que eu vejo? Eu não quero aqui estragar nem um lado nem do outro. Mas o que eu vejo do INCRA? Quando nós viemos pra cá, nós viemos pra debaixo de plástico. Uns plásticos pretos que vocês estão vendo até hoje na beira da estrada.

(Não identificado) - Eu nunca morei debaixo de plástico.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - Não, isso aí foi problema seu. Aí foi problema seu. O que acontece? Eu não estou querendo acusar o INCRA. Eu estou querendo explicar, gente, o que se aconteceu aqui, o que aconteceu aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - Eu estou querendo contar o que aconteceu aqui. Aí, o que eu quero? O que nós queremos aqui hoje? Nós queremos ficar aqui, mas que tenha uma segurança, que tenha uma segurança.

(Não identificado) - É verdade.

O SR. AMADEUS DA SILVA - Está ele aqui. Vocês não deixam eu mentir. Nós temos plano de serviço aqui? Nós começamos a trabalhar hoje. Amanhã, desmantela. Quando não é uma coisa de um lado, é do outro.

(Não identificado) - Com esse negócio de herdeiro, vem advogado e acaba com nós. Aí, fica a polêmica, sabe?

O SR. AMADEUS DA SILVA - Então, se tem herdeiro ou se não tem, mas que o INCRA dê uma posição firme pra nós aqui, gente!

(Não identificado) - Se o INCRA tivesse colocado nós numa área legal... Se está numa área legal, pronto, não tem advogado de ninguém que tire.

O SR. AMADEUS DA SILVA - Nós estamos com 5 anos. Isso tem cansaço mental. A gente se torna com cansaço mental.

(Não identificado) - Tem, com certeza tem.





O SR. AMADEUS DA SILVA - Esse aqui é um dos presidentes da associação. Eu sempre tive junto com ele aqui.

(Não identificado) - Eu mesmo tenho uma vizinha que está em depressão, por causa de negócio que sai hoje, sai amanhã, sai hoje, sai amanhã. Minha vizinha entrou em depressão. Está fora daqui.

O SR. AMADEUS DA SILVA - Eu não sou contra ninguém, não, nem INCRA, nem FUNAI, nem ninguém.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O que o senhor sugere que o INCRA... O que o INCRA deveria fazer?

O SR. AMADEUS DA SILVA - O que o INCRA tem que fazer pra nós aqui...

(Não identificado) - Legalizar.

O SR. AMADEUS DA SILVA - ... é regularizar nós ou falar que não dá pra regularizar, que nós sai procurar outro rumo.

(Não identificado) - Não, eles têm que regularizar nós...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - O que eu quero é regularização. Mas, gente, nós estamos com 5 anos aqui. Está aqui o Alessandro, que não deixa eu mentir.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - Gente, aqui tem alguma pendência? Não tem. Não tem pendência nenhuma. O Jardel um dia falou pra mim assim: "*Não, seu (ininteligível), eu não tenho pendência. Mas tem algum requisito. Mas isso é coisa fácil de resolver*". E que coisa fácil é essa que com 5 anos nunca foi resolvida?

(Não identificado) - Com 5 anos, nunca arrumou nada.

O SR. AMADEUS DA SILVA - Nós nunca tivemos segurança de nada aqui. Eu não estou querendo dizer que herdeiro não tem direito. Tem, claro que tem direito. Mas nós também temos o nosso direito de ficar sossegado. Nós fomos removidos pra cá de uma área de sofrimento. Não tem coisa pior. O Governo nunca deu nada pra nós lá naquele lugar, tampouco o Prefeito, porque não pode trabalhar dentro da área indígena.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AMADEUS DA SILVA - Eu estou morando sozinho ali tem 5 anos, porque eu não posso trazer minha família pra cá, porque não tem como estudar.





Então, o que eu quero dizer com minhas palavras? Resolva, se o INCRA puder. Se não puder, que abre mão. Fala pra nós: *“Gente, infelizmente não deu”*. Eu já vi o representante do INCRA chorando aqui dentro, falando: *“Infelizmente, não vai dar pra resolver”*.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não tem como a gente fazer um ajuste nisso aí e reunir todas as partes e chegar num ponto de acordo?

O SR. NILTON TUBINO - Na parte do INCRA, a partir da decisão do Presidente... Porque teve duas decisões que suspenderam a aplicação de crédito. Então, tem esse problema. Tem um número de famílias que começou a receber o crédito. Quando eles começam a se organizar para fazer o projeto de habitação, aí tranca o projeto, porque o espólio conseguiu uma liminar no TRF. Aí, a União derruba. E continua de novo. Há uma disputa (*ininteligível*). Agora, tem um problema fora da questão da origem da terra... Algumas pessoas falam: *“Então, se for o caso, o proprietário que entre com uma desapropriação indireta, porque o INCRA não vai abrir mão da área”*. Tem que ter a consciência que a área pode ser do assentamento e tem todo um processo. Há outro problema. Parte da área, não toda, mas uma boa parte da área, é área pública. Então, não tem nem como ele fazer a desapropriação indireta. Uma parte é estadual e uma parte disso tudo é terra devoluta da União. Lá (*ininteligível*). Então, na discussão jurídica, é o INCRA que garante que vai ficar com a posse da terra. E nós queremos implementar o assentamento, dando os créditos, fazendo infraestrutura. Teve uma época que fizemos os projetos das estradas pra tentara conveniar com a Prefeitura, pra fazer a obra... Aí, teve a liminar que suspendeu. Teve que cancelar, devolver o dinheiro pra Brasília. Então, há um esforço do INCRA de tentar. A gente sabe a dificuldade das famílias que estão aqui, em vários assentamentos. Essa situação também não é uma situação que tu resolve em um ano. Por exemplo, tu traz a família, tu tem que fazer todo um projeto. Precisa ter casa pra ter luz. Então, daqui a pouco, a política fica ligada numa outra... Mesmo que você garanta como prioridade Luz para Todos e o abastecimento daqui, mas você precisa da casa pronta. Aí, tem que ter o projeto da casa sendo aprovado na Caixa pra... Então, há condicionantes do INCRA que a gente quer resolver com





todos os assentados, os 412 regularizados aqui dentro. Esse é o trabalho e o esforço do INCRA.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Certo. No caso, no primeiro momento aqui da nossa entrevista, o senhor identificou que não teria hoje as 412 fisicamente aqui.

O SR. NILTON TUBINO - Porque algumas estão dentro da terra indígena.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Certo. Essas pessoas que estão na terra indígena, no caso, elas serão deslocadas...

O SR. NILTON TUBINO - Se elas não quiserem retornar... Elas têm que sair de dentro da terra indígena (*ininteligível*). Eles não vão ficar dentro da terra indígena, porque eles têm que sair. Eles já foram selecionados. Eles têm um lote pra vir assumir aqui, como vários já assumiram. Se a pessoa disser assim: "*Não, eu não quero Belauto, porque lá tem insegurança jurídica. Eu vou pra outro lugar*". Ele tem que fazer um termo de desistência do lote, porque ele está registrado. Ele tem direito a um lote. Ele, judicialmente, em qualquer momento pode dizer: "*Ó, o INCRA me botou em RB, e eu não recebi a minha terra*". E aí a gente é obrigado a dar a terra dele.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Perfeito! Só um parêntesis: e dentro dessa situação de proibição do Lewandowski de novos assentamentos dentro da Belauto. A capacidade de assentamento na Belauto, inicialmente, foi de 412 lotes.

O SR. NILTON TUBINO - E é 412. É isso mesmo!

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Certo. Então, o senhor afirmou que aqui não tem os 412 fisicamente.

O SR. NILTON TUBINO - Porque estão lá dentro da terra... Existem 412 lotes aqui. Você não tem 412 assentados aqui. Você tem uma parte aqui e uma parte lá. Você tem 412 lotes ocupados. Aí, tem um problema. Você tem 412, sendo que, dos 412, 110 estão ocupados irregularmente. Possivelmente, essas famílias estão lá ou desistiram ou estão em algum lugar. Mas a gente quer identificar os que estão lá, porque os que estão dentro da terra indígena têm o direito de vir aqui. Quando parou a... Quando houve a suspensão, tinha 20 mudanças da região do Paredão de





peças que estavam aguardando a liberação do lote aqui pra vir pra cá. Então, você tem essa situação. E as famílias têm um número.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas hoje o senhor não sabe se os que estão lá vão querer vir.

O SR. NILTON TUBINO - Mas é uma opção dele. Mas ele vai ter que abrir mão. Ele tem o direito ao lote. O lote dele está garantido aqui. A União vai garantir, o INCRA vai garantir o lote dele. Se ele abrir mão do lote: *“Não, não quero ir pra lá. Eu consegui outra área”*. Não tem problema. Ele vai ter que fazer um termo de desistência do lote, pra ser incluído dentro do processo dele. Quando tiver permissão pra fazer novo... Porque vai ser uma nova família que vai ser assentada ali. Aí, nós vamos ter que fazer uma seleção dentro daqueles que estão com processo no INCRA.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas enquanto isso, os que estão aqui já foram retirados.

O SR. NILTON TUBINO - Por quê? Porque eu preciso dos lotes liberados. Isso é uma situação. Independente da família que venha pra lá, de lá pra cá, tu tem 110 irregulares aqui. Isso você não tem como resolver.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas não era melhor você saber se o que está lá quer vir?

O SR. NILTON TUBINO - Não, mas independente de ele querer vir ou não pra cá...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aqueles que estão saindo daqui irregular vão ser largados onde? Na rua.

O SR. NILTON TUBINO - Mas nós temos uma fila de espera também. Por que eles ocuparam antes eles vão ter mais direito do que o pessoal que está com processo no INCRA esperando? Nós temos um dilema.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não seria o caso de achar um lugar pra eles?

O SR. NILTON TUBINO - Não, mas é que nós temos um dilema. Nós temos no mínimo... Quantos processos são agora?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NILTON TUBINO - Não, que estão lá aguardando lá?





O SR. ALAN - Quase 200.

O SR. NILTON TUBINO - Nós temos quase 200 processos de famílias que não naquele momento da seleção se enquadraram, porque tinham algum ou era servidor público — daí tem a questão da legislação — e que hoje pode estar apto pra assumir o lote. Então, nós temos... A prioridade nossa, se a família desistiu do lote, é ir a esse banco de dados de famílias que estavam na listagem da FUNAI, que estavam na Apyterewa. A prioridade é deles, porque a área é para as famílias da Apyterewa. Então, mesmo que a família não queira vir e diga: *“Não, não quero mais aquele lote lá”*. Está bem, mas nós temos alguns, e alguns até que têm processo e estão saindo agora, e a gente está dizendo: *“Você vai sair, porque você não foi selecionado e você não está em RB, mas o seu processo está lá para ser analisado”*. Em algum momento, a gente pode ser...

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Só pra complementar, é importante saber, então, a nossa situação. Todas as 600 pessoas ou um pouco mais de 600 pessoas que procuraram o INCRA, ao saírem da Apyterewa, elas o procuraram com interesse de vir para cá. Não se criou outro projeto de assentamento para se destinar a essas pessoas. Elas queriam vir para a Belauto. Infelizmente não tem terra suficiente para todos. Existem 412 lotes que foram beneficiados através de sorteio e através da triagem do INCRA. Fora isso, tem as outras pessoas que o processo também está formalizado, aguardando, se houver, uma possibilidade de desistência de pessoas que foram assentadas. As pessoas que estão lá, e eu passei lá praticamente 2 meses na base 1 e passei duas semanas na base 2. Na base 2, fomos impedidos de atender., aliás, as pessoas foram impedidas de procurar o INCRA. As pessoas me procuraram na base 1, as pessoas procuraram a unidade para ser atendidas para falar isto: *“A gente não pode ir lá”*. Na base 1, nós temos hoje, no mínimo, 45 pessoas querendo vir para cá, pessoas inclusive que... Existem processos na Polícia Federal para desintrusão individual. A pessoa foi para o lote, já tinha sido invadido o seu lote, e a pessoa não pôde receber o lote no INCRA. E o INCRA foi procurar a Justiça para poder fazer o trâmite legal. Então, existem pessoas que têm processo na Polícia Federal aguardando a definição da Justiça para poderem voltar para o lote. Existem pessoas que estão procurando a gente aqui na unidade e, na base 1, que tem outro servidor do INCRA,





aguardando a desintrusão ser efetivada, para que elas retornem ao lote. Também não têm para onde ir da Apyterewa. E as pessoas foram alocadas aqui para ficar aqui. Estão em RBs, e essas pessoas têm esse direito de vir para o lote que elas escolheram no momento do sorteio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, essas que estão na Apyterewa, além das que estão em RB e que têm os 110 lotes aqui, as outras mais não têm onde ser colocadas agora?

O SR. NILTON TUBINO - Porque houve um processo de seleção. Na realidade, nós estamos concluindo um processo que começou em 2011; porque o início foi em 2011 e era para ter terminado em 2012. Houve vários problemas. O próprio pessoal da FUNAI não conseguiu concluir, naquela época, a desintrusão, porque daí também foi feito de uma forma que a FUNAI sempre fez, acordado, ou seja, pagava indenização; as pessoas saíam, o INCRA, sem o oficial de Justiça vir com decisão. Era uma parte mais administrativa, a FUNAI fazia administrativamente os processos de desintrusão de territórios. O que aconteceu é que houve o retorno, e aí houve uma decisão, uma ação do Ministério Público Federal pedindo a desintrusão de todas as famílias. Daí se retoma novamente a retirada, mas em cima do que já estava construído, porque um pouco foi isso. A área foi separada, teve o processo de seleção, e tinha o público. Se você abrir agora um novo, hoje o INCRA não tem nenhuma área aqui na região para assentar essas famílias, porque você já tem um grupo grande de famílias aguardando seus lotes, independente da Apyterewa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Para o INCRA, para o MDO, o melhor é não tirar agora aquele pessoal da Apyterewa?

O SR. NILTON TUBINO - Não, nós vamos cumprir a decisão judicial. Nós temos o processo. Aquilo foi criado em 2011 e discutido.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, quero saber a questão prática.

O SR. NILTON TUBINO - Todas as famílias que estão na Apyterewa nós vamos trazer para cá, dentro do critério que foi selecionado.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E as outras que sobraram?





O SR. NILTON TUBINO - As outras não foram enquadradas no perfil de reforma agrária. Mesmo que você consiga área, não significa que elas vão ser assentadas. É isso o que o rapaz está falando. Tem fazendeiros, tem pessoas que têm mil cabeças de gado, não cabem em área de reforma agrária. Você tem um perfil também, que tem a ver com ele. Então, não necessariamente que você tenha outra área, você vai colocar todas aquelas pessoas que estavam lá, porque daquelas famílias têm muitas que não têm perfil de reforma agrária, não vão ser assentadas, independente da área.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ah, entendi.

O SR. NILTON TUBINO - Então, tu tens um bloco de famílias que têm... Isso é o que o Prefeito coloca. O pessoal que tem 10 mil cabeças de gado, esse não tem lote da reforma agrária que comporte — e o pessoal que está aqui sabe disso — esse tipo de carga no assentamento.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Prefeito.

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Ninguém está aqui questionando a questão da Belauto. Tem que resolver o seguinte: se vai se indenizar a família e os herdeiros. Isso aí é uma questão que estão brigando na Justiça. Agora o que foi resolvido? Quando foi feito um acordo com o Ministro da Justiça, com vários Ministérios, que esse pessoal só vinha pra cá depois que fizessem as casas, fizessem infraestrutura, fizesse tudo aquilo lá.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - E isso aí já dura vários anos.

(Não identificado) - Pessoal, ninguém entende nada quando todo mundo fala de uma vez, ninguém entende nada.

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Isso aí dura há vários anos. Sabe o que acontece? Não criaram, não fizeram nenhuma infraestrutura do acordo que foi feito. Não é só uma questão daqui não, pessoal da CPI. O problema é que tem 19 assentamentos aqui em São Félix, com mais de 2.500 quilômetros de estradas vicinais dentro da responsabilidade do INCRA. O INCRA deu 103 quilômetros, nem liberou o dinheiro todo no ano passado, neste ano não saiu nada. Então, é o seguinte, estamos criando verdadeiras favelas rurais dentro do Município de São Félix do Xingu, porque eles têm que dar assistência às pessoas que moram





aqui, que vivem aqui, porque são trabalhadores e vivem do seu suor, mas ninguém gostaria de estar aqui debaixo de lona, debaixo de edredom. Os que estão com casa é porque tinham motosserra. Muitos não fizeram uma casa porque não tinham motosserra aqui pra tirar a madeira. Os que têm casa aqui é porque pegou a casa que era da propriedade, e outros têm casa porque fez com mutirão. Mas eu duvido o seguinte: se ninguém quer ficar com infraestrutura... O assentamento aqui era para ser de 20 alqueires; mas colocaram de 8 alqueires.

(Não identificado) - Tem até de 6 alqueires.

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - De 6 alqueires. Eu duvido que alguém sustente uma família ou coloque um filho seu pra estudar, se alguém com 6 alqueires dá conta de colocar sua família para estudar lá fora. Não dá, porque, você está aqui, você está perto de Brasília, perto de São Paulo, é uma coisa, mas aqui dentro da Amazônia é outra coisa, entendeu? *(Ininteligível)* praticamente passando necessidade, ou não é mais ou menos isso aí?

(Não identificado) - Verdade.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Pessoal, mais alguém quer falar?

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Ei, pessoal, tem que ter ordem, paciência.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pessoal, vou pedir para vocês 1 minutinho de atenção, só, se não a gente não vai aproveitar o que cada um tem a dizer.

(Não identificado) - Mas se cada um for falar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vou pedir para o presidente falar por vocês.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Não, Nós não queremos que ele fale não.

(Não identificado) - Pessoal, mais tarde teve uma reunião com o nosso povo. Já teve uma reunião.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)





(Não identificado) - Eu vim pra cá mandado pelo INCRA, de boa-fé, de boa-fé. Tenho todos os documentos aqui, não invadi, não. O INCRA nunca cumpriu com as obrigações dele, nunca cumpriu. O INCRA nunca cumpriu. Agora, a maioria desse pessoal que está aqui é da outra associação. Mais tarde eles falaram que, às 2 horas, iam esperar aqui para marcarem uma reunião com o nosso povo. E o nosso povo já voltou para suas casas, porque eu nem sabia que tinha essa reunião aí, porque eu achei também uma coisa sem princípio. Nós já vamos para 5 anos aqui dentro, e ainda hoje em cima de liminar? Já falaram pra a gente que tem posse, gente do Governo fala que nós estamos na posse, e na hora não tem posse. O INCRA está em cima de liminar. Aí a gente fica toda vida sujeito às consequências, porque nós vamos para 5 anos. Saímos de boa-fé, moramos muitos anos na frente da área Apyterewa, saímos com todos os documentos pra pegar uma área aqui dentro, e vêm nos enrolando até hoje. Casa, na Portaria 336, era para dar a casa no lote. Eles mandaram um caminhão de plástico preto. Agora, quem quiser dizer que o INCRA fez, tudo bem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - A maioria está correndo atrás, correndo atrás de associação para projeto de casa. Passei até de noite trabalhando em projeto de casa, cento e poucas casas que o INCRA mandou, que o INCRA ordenou pra mim. Depois, cheguei lá no INCRA, o próprio chefe do INCRA falou que não mandou fazer o segundo plano, que eram 60 casas, aí eu chamei o chefe que veio aqui, que era o Célio. “Célio, quem foi que ordenou o Nei para nós fazermos as casas, o segundo plano?” Ele falou: “Foi o Nei”. O Nei estava deixando eu de mentiroso perante aqui uns 15 homens, inclusive estava o S. Adão, estavam várias pessoas nesse dia, lá em São Félix do Xingu. Eu falei: “Tu assumo os teus erros, porque se nós não colocarmos o INCRA na Justiça, nós vamos ficar sendo besta o resto da vida”. E está até hoje. Pararam as casas, e só nós perdendo tempo, correndo atrás até de noite para pegar ponto e fazer a documentação todinha, e já está com mais de ano de água abaixo. O INCRA não fez nenhum barraco aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Vocês sabem por que eu estou revoltado? Eu saí da Apyterewa, eu morei mais 10 anos na Apyterewa, em 1996, saí sem nada. E estou





aqui, já vendi mais de 100 gados pra investir no meu lote. Ele aqui é contra o INCRA, só vive falando em processar o INCRA. *(Palmas.)* Eu tenho 3 filhos que estão na faculdade e vão ter de largar pra vir para roça. E eu estou revoltado e para Apyterewa eu não volto mais! *(Palmas.)*

(Não identificado) - Nem nós!

(Não identificado) - Eu tenho casa, o INCRA não deu, mas não condeno o INCRA, eu fiz minha casa, quem não fez é porque é preguiçoso. *(Palmas.)* Eu fiz um curral, eu fiz minhas coisas e eu sou pobre. Eu estou irregular, por isso que estou revoltado, eu vou sair daqui agora. Eu quase tive derrame, porque ele trouxe os herdeiros aqui dizendo que ia nos tirar daqui. *(Palmas.)* Eu fui ao médico e tive que tomar remédio pra não adoecer.

(Não identificado) - Você não prova, eu nem sabia que ele estava aqui, eu nem sabia.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Eu estou revoltado. Não tenho nada, porque não trabalho. Eu fico correndo atrás da minha terra, rapaz.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Quem foi que me colocou nesse jogo aqui? Foi o INCRA!

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Calma! Depois a gente avalia aqui.

(Não identificado) - Rodinei, veja ele aqui, porque ele foi notificado.

O SR. JOÃO ROSA - Eu fui notificado. Eu recebi hoje, já fui notificado e eu tenho meus papéis tudo em dia. Eles falam que eu vendi a minha terra, mas eu não vendi, e até o rapaz estava trabalhando. E o motivo de eu estar ausente da minha terra é esse aqui, o rapaz trabalhando pra mim e eles me notificaram. Tem cerca feita, tudo, só não tenho *(ininteligível)*, mas tem casa, cerca, tudo. Agora eles querem tomar de mim e colocar outro. Não aceito não, de maneira alguma.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E essa situação dele?

(Não identificado) - Tem que ver caso a caso, dar olhada para ver o processo.





O SR. JOÃO ROSA – Não tem nome de ninguém que mora aqui na notificação. Para eu estar na minha terra, tinha que ter meu nome aqui.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o seu nome?

O SR. JOÃO ROSA - João Rosa.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele vai ver com o senhor bem detalhadinho, está bom?

O SR. JOÃO ROSA – Eu não saio da minha terra, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor encaminha depois, via Prefeito, e ele nos comunica.

(Não identificado) – Ela quer dar uma palavrinha.

A SRA. ELIAN – Eu quero dar minha palavra aqui. Eu sou Elian, eu quero falar que S.Exa., o João Cleber, falou que era pra ser 20 alqueires, mas era só para o pessoal da Apyterewa, da São Francisco, da Barra Mansa, mas como foi pautada a Belauto, o pessoal do paredão não recorreu à SETAGRE para poder pautar a área deles. O que aconteceu? Eles correram de lá para cá, e entrou todo mundo aqui dentro. O que aconteceu? O INCRA foi obrigado a repartir o lote que era de 20 alqueires e dividir para todo mundo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Senhora, eu queria falar uma coisa: até porque eu acho que o pessoal...

O SR. NILTON TUBINO - Pessoal só para esclarecer. O número de famílias que tinha na região do paredão era em torno de 700 famílias, foi o lugar que mais abriu processos, 300, quase a metade, credenciou-se, e boa parte, quase 234, era dessa comunidade. Então, o pessoal que cumpriu o rito, realmente, é a ocupação mais recente que havia dentro da... Todos eram de má-fé, todos esses 700 eram de má-fé, e aí o nosso esforço foi o de tentar enquadrá-los.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. NILTON TUBINO - Mas é que eu estou dizendo assim: é que tem coisas que pode ficar discutindo, mas como anda o processo, nós não podemos ficar aguardando, porque a mudança de boa-fé e má-fé é para indenização financeira da FUNAI.





(Não identificado) - Não compromete os assentamentos.

O SR. NILTON TUBINO - Não compromete os assentamentos. Muitas famílias diziam: “A FUNAI, na época em que eu estava, não considerou o meu cacau, o meu gado, as minhas coisas”. Ele está pedindo para ser reconsiderado se está agindo de boa-fé ou má-fé. Pela legislação, a obrigação do INCRA é reassentar só os de boa-fé, ou seja, aquelas famílias que, quando foi publicada a portaria, já estavam dentro da terra indígena. Os outros, como haveria a publicidade da terra indígena, não teriam esse direito. Na discussão do Governo, já faz mais de 4 anos, sempre se tenta abranger todas as famílias, independente do critério da FUNAI de boa ou má-fé. Todos aqueles que têm perfil de reforma agrária, conseguindo área e tendo capacidade, a gente tenta assentar para tentar minimizar o problema.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Prefeito João Cléber, está tranquilo? Satisfeito mesmo? Muito obrigado. Pelo sobrenome é lá do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Eu sou lá do Rio Grande.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É parente do Gilberto Viana, lá de (*ininteligível*)?

O SR. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES - Pode ser, pode ser, porque é uma família. Eu sou de Porto Alegre.

(Não identificado) - Tem que ir, o pessoal está contando aqui umas...

(Não identificado) - Isso aí recebe, o (*ininteligível*) recebeu 800 reais de indenização.

(Não identificado) - O meu era 1 alqueire e meio de cacau.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Um alqueire e meio de cacau?

(Não identificado) - Só que eu não peguei, não, deixei lá. Era o cabeça branca que estava aí falando do cacau. Vou chegar lá no sábado.

(Não identificado) - Aqui só tem gente trabalhadora e gente sofrida.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Agora foi a FUNAI ou o INCRA que causou o problema?

(Não identificado) - A FUNAI.

(Não identificado) - Agora, o INCRA fez errado aqui, tem gente demais dentro desta área aqui, sem documento, sem nada. Eu estou lá no pé daquela serra





lá, hoje, eu não posso ir lá, porque atravesso os córregos com água por aqui, e não tem estrada. Essa estrada, pela qual vocês passaram, nós pagamos, todo o mundo pagou hora de patrol pra fazer essa estrada aí, se não ninguém andava, nem moto andava nessa estrada.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Há 5 anos vocês estão aqui?

(Não identificado) - Eu já tenho 5 anos, porque antes de o INCRA entrar aqui, eu já estava aqui dentro. Nós apossamos, porque a FUNAI nos mandou entrar para dentro da fazenda, e até a Polícia Federal que cuidava disso aqui. Nós apossamos aqui, ajudamos a medir essa fazenda todinha, eu ajudei a carregar máquina e a plantar. O INCRA não pagou nem uma diária, até a nossa comida, nós fazíamos a nossa marmitta e levávamos.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E hoje, assim, numa situação, se fosse possível, era melhor estar aqui ou estar lá?

(Não identificado) - Não, lá é melhor porque a terra é maior e a terra é produtiva. E aqui nós temos esse pasto velho aí, tudo o que você aqui planta tem que ter trator para gradear a terra e muito adubo.

(Não identificado) - A minha lá está sem adubo.

(Não identificado) - Lá tudo o que eu plantava, dava. E, aqui, não dá.

(Não identificado) - A minha dá, sem adubo e sem nada.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E essa questão dos índios?

(Não identificado) - A minha é meio juquirada, a minha ali é pasto mesmo.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Ou seja, de um lote para o outro tem diferença.

(Não identificado) - O negócio é que queremos ficar aqui, pelo menos.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas não foi sorteio, não?

(Não identificado) - Não! O meu, não, o meu esposo foi...

(Não identificado) - O porém está é assim, agora, eles querem retirar o povo que está dentro do lote, que comprou do outro, que já trabalhou 3 anos, 4 anos, agora, eles querem tirar de qualquer maneira. Essa operação é para isso e para tazer os outros do INCRA para o lote. Eles vão tirar o que está lá em cima do lote, de qualquer maneira para ir embora, e o outro para vir para dentro do lote. É bagunça.





(Não identificado) - Muitos não querem o lote. Muitos que estão no paredão não querem lote ali. Não querem.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Vão vir e vão vender, talvez?

(Não identificado) - Com certeza! Ou vão vender ou não vão vir, com certeza.

(Não identificado) - Não sobrevive, o colono pequeno aqui não sobrevive em cima desta terra aqui, não, uma que não tem condição.

(Não identificado) - Eu sobrevivo, dentro do meu lote eu sobrevivo.

(Não identificado) - Acontece que o lote que ele tem, já tem gente trabalhando em cima.

(Não identificado) - Estou há 3 anos dentro de um lote aí, nunca apareceu o dono, agora, eles vão me tirar sem direito a nada. Nós temos tudo feito lá, sem direito a nada. Eu fui apossado ontem, cheguei, não achei ninguém dentro do lote, aqui, e me apossei, para sobreviver com minha família.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Quem comprou lote aqui, eu não sou polícia, eu quero saber o seguinte: quem comprou pagou pra quem? Para o primeiro que estava no lote?

(Não identificado) - Para o dono, o que ganhou, o que tirou o lote, o que sorteou.

(Não identificado) - O que ganhou?

(Não identificado) - O cara não tem condições de viver em cima da terra, não tem condição.

(Não identificado) - Aí ele vendeu e foi embora. Ele chegou e notificou que ele havia comprado, aí eles querem que o dono que vendeu, perdeu, e que o que comprou perdeu. E o serviço do cara ia água abaixo.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Quanto é que vale um lote aqui, por curiosidade, para vender assim?

(Não identificado) - Média de 100 mil, 15 mil.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Cem mil?

(Não identificado) - Cinquenta, cem.

(Não identificado) - Cinco mil.

(Não identificado) - Setenta mil reais.





(Não identificado) - Venderam baratinho os primeiros, porque foram e voltaram para trás.

(Não identificado) - Aí o cara vende sabe por quê? O cara tem filho na escola, não tem escola aqui, o cara é pobre, é para deixar a família, deixar a família lá na rua, são duas despesas lá e aqui, como é que o cara sobrevive? Vai viver do espaço? Não tem condição, porque a renda é pequena, não tem renda nenhuma.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Na hora em que vende o lote, o INCRA não está sabendo que vendeu. Eles foram descobrir que vendeu depois?

(Não identificado) - Foi. Aí, veio e notificou, mandou o cara notificar pra ir embora.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Depois?

(Não identificado) - Depois.

(Não identificado) - O negócio é que eles querem tirar as pessoas e não querem saber nem pra onde vão. Se vai para o corredor, se vai morrer filho, se vai se arrebentar, se vai adoecer. Eles não querem saber da saúde das pessoas.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Essas pessoas que eles consideraram agora que estão aqui de má-fé?

(Não identificado) - É.

(Não identificado) - Eles consideram que está de má-fé, que está irregular, só que todos somos trabalhadores. Se ele está no lote, está trabalhando, tem um certo direito, entendeu? Não tem como pegar esse pai de família, passando necessidade aqui e levar para um lugar que não tenha nenhum direito, que não tenha um lugar para colocar, as pessoas não têm uma casa para morar.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Pessoal, eu agradeço a vocês.

(Não identificado) - Precisamos de um apoio da Justiça.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A gente não veio aqui para iludir ninguém, nós não temos poder para nada.

(Não identificado) - Sim.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - A gente está aqui para escutar, porque ficar lá só em Brasília a gente não escuta quem está aqui.

(Não identificado) - Só gente sofrida e trabalhador.





O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Viemos para escutar a opinião de vocês. Não viemos para resolver problema de imediato. Depois, se os Deputados quiserem fazer alguma medida ou conseguirem fazer uma medida, aí é outra conversa, mas nós vamos levar isso aqui em fotografia, nós vamos levar o depoimento de vocês.

(Não identificado) - Sobrevoa a área aí para você ver. Você vê esses lotes vagos que o cara não tem condições nem de morar dentro, por que ele tem os filhos estudando, ele vem para cá sozinho e tem que fazer uma despesa lá. E a outra aqui: ele não tem renda de nada. Aí ele vai sobreviver de quê? Vai comer folha de capim ou folha de mato?

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Tem que ter um dinheiro para começar, não é?

(Não identificado) - Tem que ter. Não tem estrada, não tem colégio, não tem nada. Olhe, não tem recurso de nada aqui.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Tem muita criança aqui?

(Não identificado) - Tem muita criança.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E estão estudando como?

(Não identificado) - Do oitavo ano para trás já tem escola.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Aqui dentro?

(Não identificado) - Aqui dentro, do oitavo ano para baixo. Mas quem está além do oitavo não já não estuda mais aqui. A maioria está fazendo o primeiro grau.

(Não identificado) - Mas já está estudando.

(Não identificado) - Está aprendendo bem.

(Não identificado) - Se os governantes não olharem para nós aqui, estamos ferrados.

(Não identificado) - O que nós queremos aqui é sossego para trabalhar.

(Não identificado) - Aqui tem para mais de 150 famílias.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - São quantas pessoas aqui?

(Não identificado) - Mais de 150 famílias. Tem uma professora.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Você que dá aula para a turma aí?





(Não identificado) - Olhe, nossa escola está, sinceramente, uma calamidade: molha, é quente, não tem água. Água a gente tem que estar pegando dos vizinhos. A gente precisa verdadeiramente de uma escola adequada.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E onde vocês estavam antes, tinha escola mais fácil?

(Não identificado) - Lá era mais difícil.

(Não identificado) - Cada um veio de lugar também.

(Não identificado) - Cada um veio de uma localidade.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Mas aqui é muito grande. Vai para a escola como, pessoal? A pé?

(Não identificado) - A pé mesmo, moto. O Prefeito dá um pouquinho de dinheiro pra ajudar na gasolina. Os pais carregam.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Pessoal, temos que ir, senão nós vamos ficar para trás. Obrigado. Tudo de bom.

(Não identificado) - Obrigado.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Que vocês resolvam da melhor forma possível. A melhor maneira de resolver é conversando. Os ânimos não podem ser exaltados não, porque temos que resolver as coisas.

(Não identificado) - Tá bom.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Então, fiquem com Deus.

(Não identificado) - Amém! Você também.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Acho que tem que regularizar, ajudar vocês a trabalhar a terra, dar condições.

(Não identificado) - Aqui é bom, aqui é bom. Se legalizar isso aqui, nós recebermos os nossos créditos e termos direito de fazer nossas casas, eu não quero sair daqui, não. Aqui é bom demais.

(Conversas informais.)